

PLANEJAMENTO E CONFLITOS URBANOS: Rede de pesquisa e extensão

Proponente: Luis Régis Coli Silva Junior (NEPLAC IPPUR UFRJ)

RESUMO GERAL

Na década de crescimento econômico continuado, anterior à recente crise, o aumento dos investimentos públicos em grandes projetos urbanos se realizou, entre outros fatores, com a disseminação das parcerias público-privadas e das operações urbanas consorciadas, acompanhadas de remoções de milhares de famílias, reestruturação e apropriação de territórios urbanos, mercantilização e empreendedorismo urbano. No contexto atual de crise do Estado e retração de investimentos, os mesmos mecanismos vêm sendo propagados como forma de seguir com o modelo de investimento no espaço urbano a partir de grandes projetos, realizados com protagonismo da iniciativa privada, com novos mecanismos de financiamento público, reproduzindo processos de valorização fundiária e privatização do espaço público.

Não é, contudo, sem resistência que tais dinâmicas se processam. Pensar o lugar e o papel do conflito na produção e reprodução da cidade contemporânea, a forma como a conflituosidade vem gerando novas formas de se planejar o espaço urbano a partir de sujeitos coletivos políticos, debater e refletir sobre as resistências e lutas sociais que motivaram ações coletivas organizadas que se articularam em torno de projetos e planos alternativos são objetivos dessa Sessão Livre. Adicionalmente, visa avançar na constituição de uma rede de pesquisa e extensão em “Planejamento e Conflitos Urbanos” que contribua para a construção dos sentidos e apropriações possíveis das metodologias, técnicas, linguagens e do lugar do planejamento nas lutas sociais.

Oliveira (2007, p.15), citando Rancière, afirma que fazer política é pautar o movimento do outro, dos seus adversários, é impor uma pauta de ação e uma agenda de questões pelo qual o outro deverá se movimentar – mesmo que seja para mudar ou sair da agenda proposta – instaurando um campo de conflito. É a disputa desenvolvida no interior do campo que permite a própria mudança de qualidade da política e sua capacidade criativa de invenção.

O argumento principal de Rancière (1995) é que existe uma profunda relação entre a afirmação do consenso e o surgimento das “formas arcaicas e irracionais do conflito político” (RANCIÈRE, 1995, p.368), precisamente porque o que seria chamado de consenso é o esquecimento da racionalidade própria da política: a racionalidade do dissenso. “A racionalidade da política é a de um mundo comum instituído, tornado comum pela própria divisão. (RANCIÈRE, 1995, p.368). Essa racionalidade própria da política foi substituída por outra, a forma moderna, “do concerto, para lidar, entre parceiros responsáveis, com os dados objetivos da situação que se impõe a todos” (RANCIÈRE, 1995, p.378). O consenso pressupõe que as informações, os dados, os grupos de interesse, as “classes” (etárias, de renda etc.) estejam totalmente objetivados, suprimindo aqueles que não são considerados. As diferenças, as disputas e os litígios são transformados em problemas que a comunidade – ou

o sistema político (Rosenmann, 2003) – deve resolver, compondo, sempre, no sentido da solução mais razoável. Ranciére (1995) destaca um dos paradoxos da razão consensual: justamente quando a solução mais razoável, que é na verdade a única solução aceitável, já está dada é que os atores sociais são chamados a participar, a assumir suas responsabilidades. O consenso “pretende objetivar os problemas, determinar a margem de escolha que comportam, os saberes requeridos e os parceiros que devem ser reunidos para sua solução. [...] O consenso então não é nada mais que a supressão da política. [...] [A razão política] deve ser impedida de querer por meio dessa razão passiva, desse grande automatismo da lei do capital, que é uma razão sem sujeito, um grande querer inconsciente que comanda uma multidão de pequenas razões locais, estritamente confinadas a exercícios de repartição dos benefícios e dos sacrifícios, de adaptação entre o fluxo e o refluxo das riquezas e os movimentos dos corpos sociais” (RANCIÉRE, 1995, p.379-80).

Contudo, quando o consenso quer suprimir o povo, a política e seus litígios pela população consensualmente gerida, suas partes e os meros problemas de repartição de ônus e benefícios, ou seja, a substituição da política pela gestão, “vê-se reaparecer o conflito sob uma forma mais radical”, como impossibilidade de coexistência. Em outras palavras, a ordem policial – a “boa distribuição de cada um em seu lugar e em sua função” – é inseparável do conflito (RANCIÉRE, 1995, p.374-80).

Então, se, por um lado, o consenso deseja, ao invés de sujeitos políticos, “partes reais do corpo social, corpos e grupamentos de corpos claramente enumeráveis, claramente constituídos em sua identidade”, por outro, a razão política ou a razão dissensual, tal como proposto por Ranciére, é a do sujeito político, que constrói as situações e as cenas do conflito e, pelo conflito, reformula e produz a comunidade. Assim, o argumento se constrói no sentido de demonstrar que o “sujeito político, uma classe em luta como sujeito político, é sempre um operador de desclassificação, uma potência de desfazer a estrutura policial que põe os corpos em seu lugar, em sua função, com a parte que corresponde a essa classe e a essa função. (RANCIÉRE, 1995, p.378, grifo meu).

Os trabalhos apresentados nessa sessão livre, discutem e analisam experiências de conflitos urbanos e os mecanismos de planejamento e organização das resistências que confrontam a ordem instituída. Enfatizam, em especial, as lutas sociais que evidenciam “o permanente e inexorável fracasso das tentativas de banimento da política e do conflito do espaço urbano” (VAINER, 2016, p.12).

ESTRATÉGIAS DE PLANEJAMENTO EM CONTEXTOS DE CONFLITO

Luis Régis Coli Silva Junior (NEPLAC IPPUR UFRJ)

A apresentação tem como objetivo discutir as pesquisas que vêm sendo realizadas, nos últimos anos, pelo Núcleo Experimental de Planejamento Conflitual que integra o Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano da

Universidade Federal do Rio de Janeiro – NEPLAC/ETERN/IPPUR/UFRJ. A partir de atividades junto a comunidades localizadas na cidade do Rio de Janeiro (Vila Autódromo, Vargens), propõe articular perspectivas que incorporam reflexões associadas ao chamado planejamento “insurgente”, “autônomo” ou “radical”, apresentadas como um contraponto às práticas hegemônicas de caráter neoliberal, vislumbrando, assim, as iniciativas de resistência e democratização dos processos de apropriação e resignificação territorial sob os marcos contemporâneos. Além disso, busca levantar pontos de convergência para a constituição da rede de pesquisa e extensão “Planejamento e Conflitos Urbanos”.

PLANEJAMENTO CONFLITUAL E SUA FACE COMUNITÁRIA: BALANÇO CRÍTICO DE EXPERIÊNCIAS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Karina Oliveira Leitão – LABHAB FAUUSP

Esta apresentação parte de uma análise exploratória de experiências de extensão universitária desenvolvidas nos anos recentes na Região Metropolitana de São Paulo, com assessoria do LABHAB FAUUSP (Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo) e coordenação de coletivos de alunos da mesma escola junto a diversos sujeitos e instituições nas zonas norte, oeste e sul da capital paulista, além de municípios do entorno metropolitano. Todos exemplos a serem explorados foram articulados com diversos sujeitos sociais que co-gerem as práticas de planejamento, projeto e exploração construtiva realizadas. As experiências a serem abordadas serão lidas à luz da abordagem conflitual do planejamento que ensejam, e sobretudo de sua face comunitária, a partir da análise da articulação dialógica realizada com movimentos sociais e associações de moradores. Caberá um olhar crítico que privilegiará a análise das contradições e avanços nesses processos, bem como, da centralidade do caráter extensionista em cada uma delas. Onde entende-se a extensão como elemento central e organizador de práticas docentes e de pesquisa no âmbito do referido laboratório.

CONFLITOS E RESISTÊNCIAS EM GRANDES PROJETOS DE REESTRUTURAÇÃO URBANA EM BELO HORIZONTE

Daniel Medeiros de Freitas (Indisciplinar UFMG)

O trabalho desvela as relações de poder relacionadas à implementação de três grandes projetos de reestruturação urbana em Belo Horizonte – a Operação Urbana Antônio Carlos Leste Oeste (OUC ACLO), o complexo arquitetônico proposto para o bairro Santa Teresa e o corredor viário Linha Verde, incluindo o projeto Boulevard Arrudas. Resultado de pesquisa que estuda e monitora, desde 2016, um conjunto de Grandes Projetos Urbanos idealizados e/ou implantados na RMBH a partir de 2000, os três projetos selecionados ilustram a permeabilidade da agenda urbana local a um conjunto de determinações econômicas e políticas de forte viés neoliberal, ao mesmo tempo em que, por agravar processos de exclusão socioespacial, acarretam uma série de conflitos e resistências à sua implementação. A discussão proposta identifica as assimetrias de poder na lógica de produção desses grandes

projetos, incluindo o papel exercido pelo campo técnico especialista do planejamento urbano; além de avançar na construção de vetores propositivos possíveis a partir da ação dos agentes de resistência identificados.

PLANEJAMENTO E CONFLITOS URBANOS: INTERPRETAÇÕES E CATEGORIAS DE ANÁLISE.

José Ricardo Vargas de Faria (PPU e 4P, UFPR)

Os conflitos urbanos e as experiências de planejamento insurgente ou em contexto de conflito, são expressões de lutas sociais particularmente engendradas pelas contradições da produção capitalista do espaço urbano e pela reivindicação do direito à cidade. A Rede de Observatório de Conflitos Urbanos (Rio de Janeiro, Campinas, Aracaju, Belém, Extremo Sul, Fortaleza, Maceió, Vitória, Belo Horizonte, Curitiba, Córdoba-ARG, Quilmes-ARG, Medellín-COL, México-MEX), a Red de Investigación Contested Cities (Madrid, Santiago, Rio de Janeiro, México, Leeds, Buenos Aires e Quito), o Observatori d'Antropologia del conflicte Urbà (OACU) de Barcelona, o Observatoire sur l'activité conflictuelle das cidades de Quebec e Montreal no Canadá, são alguns exemplos de redes e grupos de pesquisa que tem se dedicado a compreender e processos de insurgência, manifestações e lutas sociais que tem a cidade como lócus e objeto privilegiado. Também se destaca a significativa produção científica relativa ao tema apresentada em dossiês, periódicos e eventos. Nesta apresentação, pretende-se debater os quadros analíticos e interpretativos acionados para compreensão dos conflitos urbanos, promovendo um esforço epistemológico de análise crítica das referências utilizadas pelas redes e grupos de pesquisa.

MAPA DAS VIOLÊNCIAS PRESENTES NOS CONFLITOS URBANOS CARIOCAS

Breno Pimentel Câmara (IPPUR UFRJ)

Motivada pela conjuntura de aumento e intensificação dos confrontos armados, dos assassinatos e das múltiplas violências dirigidas aos manifestantes políticos, às mulheres, aos moradores das favelas da cidade, aos negros; e objetivando comparar o período anterior e o posterior à Intervenção Federal na segurança pública do Rio de Janeiro, a equipe de pesquisa do Observatório de Conflitos Urbanos resolveu reler, identificar, selecionar e analisar as diversas representações da violência urbana presentes nos conflitos do objeto Segurança Pública. Violências que motivaram, instauraram os conflitos; atos violentos que ocorreram durante as expressões coletivas dos mesmos, tanto pelos próprios manifestantes como na repressão aos atos; violências simbólicas anunciadas, denunciadas; violências concretas marcadas pelos assassinatos decorrentes de motivações políticas; apontam e consolidam um quadro conjuntural que além de expor mecanismos de controle violento sobre espaços determinados e sua sociabilidade, reconfiguram a análise em termos da correlação de forças atuantes na cidade. Racismo, patriarcalismo, autoritarismos, elementos de um processo de desumanização seletiva de espaços dominados aparecem nas lutas urbanas, e seus impactos reconfiguram a realidade política e o pensamento analítico sobre as relações sociais na e da

cidade. Aqui uma primeira apreensão de tal exercício no sentido de desvelar processos e mecanismos complementares de controle social.